



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

Demonstrativo da Receita Líquida de Impostos e das Despesas Próprias com Educação e Saúde

Valores até Junho/2011

Centro Administrativo do Governo – Rodovia SC 401 – km 5, nº 4600
Saco Grande II – Florianópolis – SC
Fones: (48) 3215-1773, 3215-1633 e 3215-1727





ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

GOVERNADOR DO ESTADO

UBIRATAN SIMÕES REZENDE

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ADRIANO DE SOUZA PEREIRA

DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL

TATIANA BORGES

GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

ARLENY JAQUELINE MANGRICH PACHECO

GERENTE DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM

GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA

MICHELE PATRICIA RONCALIO

GERENTE DE ESTUDOS E NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL

VERA LUCIA HAWERROTH SANTANA

GERENTE DE SISTEMAS DE GESTÃO FISCAL

ELABORAÇÃO:

HEBER LIMA DA COSTA

CONTADOR DA FAZENDA ESTADUAL

TATIANA BORGES

GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS



Aplicação Mínima Anual

A Constituição Federal determina uma aplicação mínima anual de recursos nas áreas de educação e saúde. Dessa forma, o cumprimento da aplicação do mínimo constitucional deverá ser comprovado no encerramento do exercício*.

Para a Educação deverão ser aplicados, no mínimo, 25% da RLI.

Para a Saúde deverão ser aplicados, no mínimo, 12% da RLI.

O Governo do Estado de Santa Catarina vem cumprindo anualmente o mínimo constitucional, conforme pode ser constatado na tabela a seguir:

EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM EDUCAÇÃO E SAÚDE / RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 *
Percentual Aplicado em Educação	28,98%	27,64%	25,52%	27,08%	26,30%	26,19%	22,49%
Percentual Aplicado em Saúde	13,57%	15,09%	14,34%	12,47%	12,14%	12,04%	9,64%

Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais – RLI

Conceito de receita que serve de base para a verificação do cumprimento dos valores mínimos previstos na Constituição Federal para aplicação de recursos nas áreas de Educação e Saúde.

Composição da RLI (= 1 + 2 – 3)

(+) 1 – Impostos Arrecadados diretamente pelo Estado (inclui juros, multa e dívida ativa):

ICMS

IPVA

ITCMD

IRRF (retido da folha dos servidores e no pagamento de fornecedores)



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

(+) 2 – Transferências Constitucionais e Legais recebidas da União:

FPE

ICMS Desoneração – LC nº87/1996

IPI-Exportação

IOF-Ouro

(-) 3 – Deduções da RLI: do valor recebido pelo Estado pela arrecadação de impostos (item 1 acima) e transferências da União (item 2 acima), parte é repassada aos municípios e outra restituída aos contribuintes. Assim, o Estado repassa/devolve:

Aos municípios: 25% do ICMS e IPI-Exportação e 50% do IPVA arrecadados;

Restituições: devoluções aos contribuintes dos impostos arrecadados indevidamente (exemplos: contribuinte pagou em duplicidade; contribuinte que pagou valor maior que o devido).

Receitas do FUNDEB

Dos valores dos impostos arrecadados pelo Estado e após o repasse aos municípios, ou seja, da parcela pertencente ao Estado são destinados ao FUNDEB 20% dos seguintes impostos:

ICMS

IPVA

ITCMD

FPE

ICMS Desoneração – LC nº87/1996

IPI-Exportação

Após a destinação dos recursos para o FUNDEB, o mesmo distribui os recursos de acordo com o número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica pública, atualizados com os dados do último censo escolar. Para os Municípios é considerado o número de alunos matriculados na educação infantil e no ensino fundamental e para o Estado o número de alunos matriculados no ensino fundamental e médio.

Devido a um coeficiente chamado “fator de ponderação” que varia de acordo com a etapa e a modalidade do ensino, o governo do Estado de Santa Catarina envia mais recursos para o fundo do que recebe como retorno do FUNDEB. Esta diferença é denominada de PERDA DO FUNDEB. No entanto o Estado de Santa Catarina não perde, pois estes recursos são distribuídos entre os municípios catarinenses.

Centro Administrativo do Governo – Rodovia SC 401 – km 5, nº 4600
Saco Grande II – Florianópolis – SC
Fones: (48) 3215-1773, 3215-1633 e 3215-1727





DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM EDUCAÇÃO
JUNHO DE 2011

R\$ 1,00

RECEITAS	
I - RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	5.364.114.824,52
Impostos	6.515.748.852,58
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	546.347.320,20
(-) Repasses aos Municípios - Transferências Constitucionais e Legais	1.697.981.348,26
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	110.544.974,19
Transferências do FNDE	110.544.974,19
Transferências de Convênios Destinados a Programas de Educação	-
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	823.184.353,03
Transferências de Recursos do FUNDEB	813.259.029,66
Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	9.925.323,37
DESPESAS	
II - DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DAS FONTES TESOUREO E FUNDEB¹	347.209.917,63
III - DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB²	670.508.556,46
Pagamento dos Profissionais do Magistério	511.429.154,51
Outras Despesas	159.079.401,95
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	64.385.902,71
Custeadas com a Contribuição Social do Salário-Educação	24.498.186,89
Custeadas com Outras Receitas para Financiamento do Ensino	39.887.715,82
IV - DEDUÇÕES/ADIÇÕES PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO LIMITE CONSTITUCIONAL	188.486.121,57
Perda nas Transferências do FUNDEB	203.886.461,62
Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	(9.925.323,37)
Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, do FUNDEB	(5.446.774,59)
Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, de Outros Recursos de Impostos	(28.242,09)
Cancelamento, no Exercício, de Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores ³	-
V - DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	4.979.914,50
Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, do FUNDEB	4.979.914,50
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (II + III + IV)	1.206.204.595,66
VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS ATÉ O MÊS ⁴	
VALOR A APLICAR PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE CONSTITUCIONAL (25% DA RLI)	1.341.028.706,13
DESPESAS CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE	1.206.204.595,66
DIFERENÇA	(134.824.110,48)
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO	22,49
VALOR DO FUNDEB A APLICAR NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (60% DO FUNDEB)	493.910.611,82
DESPESAS CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE	506.449.240,01
DIFERENÇA	12.538.628,19
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO	61,52

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal de Santa Catarina - SIGEF/SC

Notas:

¹ De acordo com o Ofício SEF/GABS nº 1292/2007, as despesas com inativos serão excluídas gradativamente, à razão de 5% a.a., a contar de 2007. Portanto, foram consideradas 75% das despesas liquidadas custeadas com recursos do Tesouro do Estado.

² Conforme o parágrafo 2º do artigo 21 da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, até 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º (primeiro) trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional. Portanto, foram consideradas as despesas executadas na fonte de superávit do Fundeb até o mês de março.

³ Conforme estabelece o Manual de Elaboração do RREO, o ente que possua controle sobre o cancelamento dos Restos a Pagar que foram considerados no limite do seu respectivo ano de inscrição, deverá informar apenas o valor cancelado que tenha causado impacto nesse limite. Em 2011 foram cancelados R\$ 5.768.557,55 dos Restos a Pagar inscritos em 2010. Como em 2010 o Estado aplicou R\$ 114.048.980,34 além do mínimo constitucional exigido, o cancelamento dos Restos a Pagar não impactou no descumprimento do limite do ano anterior.

⁴ O cumprimento da aplicação do mínimo constitucional deverá ser comprovado no encerramento do exercício, pois a Constituição determina uma aplicação anual de, no mínimo, 25% da Receita Líquida de Impostos.

Florianópolis, 14 de julho de 2011

ADRIANO DE SOUZA PEREIRA
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRCSC nº 25.111/O-7

TATIANA BORGES
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADORA CRCSC 22.809/O-3



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG
GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS - GEINC

DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
JUNHO DE 2011

R\$ 1,00

I - RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	5.364.114.824,52
Impostos	6.445.971.795,04
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	69.777.057,54
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	546.347.320,20
(-) Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios	1.697.981.348,26
DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE¹	
DESPESAS COM SAÚDE	744.936.983,37
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	219.357.926,54
Recursos do Sistema Único de Saúde	216.639.673,08
Recursos de Operações de Crédito	-
Outros Recursos	2.718.253,46
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADOS À SAÚDE	-
II - TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE	525.579.056,83
III - AJUSTES CONSIDERADOS PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO LIMITE CONSTITUCIONAL	(8.493.891,10)
Restos a Pagar Cancelados - Vinculados à Saúde ²	(8.493.891,10)
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (II + III)	517.085.165,73
VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE CONSTITUCIONAL ATÉ O MÊS³	
VALOR A APLICAR PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE CONSTITUCIONAL (12% DA RLI)	643.693.778,94
DESPESAS CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE	517.085.165,73
DIFERENÇA	(126.608.613,21)
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO	9,64

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

NOTAS:

¹ Nas Despesas com Saúde foram consideradas as despesas executadas na Função 10 - Saúde, exceto as executadas pelo Fundo do Plano de Saúde e as subações 6903 e 10753 executadas pela Secretaria de Administração, pois suas ações, embora contabilizados na Função 10, não são de acesso universal, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional nº 29.

² Conforme estabelece o Manual de Elaboração do RREO, o ente que possua controle sobre o cancelamento dos Restos a Pagar que foram considerados no limite do seu respectivo ano de inscrição, deverá informar apenas o valor cancelado que tenha causado impacto nesse limite. Em 2011 foram cancelados R\$ 12.590.867,15 dos Restos a Pagar inscritos em 2010. Como em 2010 o Estado aplicou R\$ 4.096.976,05 além do mínimo constitucional exigido, o valor que deverá ser ajustado em 2011 para o cumprimento do limite constitucional é R\$ 8.493.891,10.

³ O cumprimento da aplicação do mínimo constitucional deverá ser comprovado no encerramento do exercício, pois a Constituição determina uma aplicação **anual** de, no mínimo, 12% da Receita Líquida de Impostos.

Florianópolis, 14 de Julho de 2011

ADRIANO DE SOUZA PEREIRA
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADOR CRCSC nº 25.111/O-7

TATIANA BORGES
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADORA CRCSC 22.809/O-3